



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007380-18.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **LEANDRO PREZOTTI DA SILVA**
 Requerido: **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN - SÃO CARLOS SP**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo ajuizada por **LEANDRO PREZOTTI DA SILVA** em face do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP**, sob a alegação de que, no ano de 2012, ao requerer a renovação de sua carteira nacional de habilitação teve seu pedido indeferido, uma vez que seu prontuário estava bloqueado devido a uma infração de trânsito cometida em 23/08/2010, por ter supostamente infringido o artigo 165 do Código de Trânsito Brasileiro - Dirigir sob a influência de Álcool - (Processo Administrativo nº 886/2012). Relata que impetrou mandado de segurança para que o DETRAN não obstasse a renovação de sua CNH durante o andamento do referido processo administrativo, contudo, houve o trânsito em julgado deste e, em razão disso, não conseguiu renovar sua CNH, que está vencida desde 11/06/2017.

Alega ter havido cerceamento de defesa no processo administrativo de suspensão do direito de dirigir, uma vez que não foi notificado de sua instauração, bem como não teve a devida oportunidade de se manifestar sobre a juntada, nele, de documento novo (Boletim de Ocorrência). Alega, ainda, a ocorrência de prescrição pretensão punitiva.

Postula a concessão da liminar para a imediata suspensão dos efeitos do Processo Administrativo nº 886/2012. No mérito, pleiteia a procedência dos pedidos, para o fim de declarar nula a decisão proferida pelo CETRAN, bem como o reconhecimento da prescrição punitiva nos termos do artigo 22 da Resolução Contran 182/2005.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 10/48.

1007380-18.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 57/58).

Citado (fl.6), o requerido deixou transcorrer "*in albis*" o prazo para apresentar sua contestação (fls. 65).

É o relatório.

Fundamento e decido.

É caso de julgamento antecipado da lide, eis que a questão é apenas de direito, sendo desnecessária a produção de provas, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Não obstante tenha o DETRAN/SP deixado transcorrer *in albis* o prazo para apresentação de contestação, não haverá aplicação dos efeitos da revelia, uma vez que o interesse público é indisponível, aplicando-se à hipótese a regra do artigo 345, II, do Código de Processo Civil.

Ausente qualquer ilegalidade no ato que se ataca, a rejeição dos pedidos é medida que se impõe.

No caso, instaurou-se procedimento administrativo para se impor a penalidade de suspensão do direito de dirigir ao autor, por ter cometido infração que por si só gera a instauração de procedimento administrativo (artigo 165 do CTB).

Os documentos trazidos aos autos, deixam patente a regularidade do processo administrativo questionado nestes autos e, por consequência, do ato administrativo que seguiu todos os trâmites legais.

Conquanto sustentada a ausência de notificação da instauração do processo administrativo em questão para aplicação de penalidade de suspensão do direito de dirigir, a documentação juntada demonstra que o autor foi cientificado do procedimento administrativo com apresentação de defesa perante a Autoridade de Trânsito, bem como de recursos à JARI e ao CETRAN (fls.21/24 e 26/28). De fato, a defesa apresentada pelo condutor perante à Autoridade de Trânsito da 26ª Ciretran foi indeferida, em 09/05/2012, aplicando-se a penalidade de suspensão do direito de dirigir pelo prazo de um ano. Desta decisão, o condutor apresentou recurso à JARI, em 18/05/2012, que também foi indeferido (fls. 24/25). Do indeferimento pela JARI, o autor interpôs recurso ao CETRAN (fls.26/28).

No mais, não se sustenta a alegação de cerceamento do direito de defesa,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

uma vez que o Boletim de Ocorrência juntado no Procedimento Administrativo 886/2012 não se trata de documento novo, porquanto o autor dele já tinha conhecimento quando da lavratura do referido documento, tanto que se recusou a assina-lo (fl.40).

Por outro lado, observa-se que o inconformismo do condutor/infrator se baseou na negativa de ter ingerido bebida alcoólica, bem como de não ter sido submetido a qualquer exame para constatar a suposta embriaguez, não havendo controvérsia sobre a regra de direito e a consequência jurídica.

O ordenamento jurídico é claro ao apontar que todo aquele que dirigir veículo automotor sob a influência de álcool fica sujeito à pena de suspensão do direito de dirigir, por 12 meses (artigo 165 do CTB).

No caso dos autos, restou devidamente apurado que o autor/condutor "apresentava-se em aparente estado de embriagues, olhos vermelhos, andar cambaleante, exalava ao falar forte odor etílico e um alto grau de nervosismo e descontrole" (fl.43), tendo "o médico legista, Dr. Pedro Cobra, constatado a embriaguez do condutor, que se recusou a ceder material para exame de dosagem alcoólica, bem como assinar AIs".

Por fim, afasto a ocorrência de prescrição.

O processo administrativo, conforme narrado pelo autor, foi instaurado em 09/05/2012, julgado pela JARI em 13/06/2012 e, em última instância, pela CETRAN, em 05/11/2013 (fl.12).

Observa-se que o procedimento administrativo ocorreu em tempo hábil, não ultrapassando o prazo prescricional de cinco anos, tendo em vista que a decisão de última instância foi proferida em 05/11/2013, e que o autor utilizou-se de todos os meios de defesa admitidos administrativamente, sem obter êxito, sendo descabida a tentativa de excluir a penalidade neste momento em que já houve o trânsito em julgado.

A interrupção da prescrição referida subsiste até a manutenção da penalidade em sede recursal (art. 19 da Resolução nº 182/05 do CONTRAN), ocorrida, no caso, em 05/11/2013 (fl.12), a possibilitar a execução da penalidade (suspensão do direito de dirigir) no ano de 2017, diante do disposto no art. 23 da mesma norma, *in verbis*:

“Art. 23. A pretensão executória das penalidades de suspensão do direito de dirigir e cassação da CNH prescreve em cinco anos contados a partir da data da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

notificação para a entrega da CNH, prevista no art. 19 desta Resolução.” (com negrito nosso).

Ressalte-se, por fim, que o autor obteve a renovação de sua Carteira Nacional de Habilitação por meio de mandado de segurança, pois não se poderia vedar ao requerente o direito de renovar sua CNH, enquanto não houvesse decisão administrativa definitiva, o que ocorreu em 05/11/2013 (fl.12) .

Obteve o autor, na verdade, um "respiro", mas já houve o trânsito em julgado da imposição de penalidade.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 18 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**